



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 7/XI/1.ª

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas dez horas, reuniu, na Sala 7 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:00 Horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs:**
 - 14/XI/1.ª (BE) -"Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo" e 24/XI/1ª (PEV) -"Consagra a universalidade e a igualdade no direito ao casamento" - Relator: Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD);
 - 18/XI/1.ª (CDS-PP) -"Alteração ao Código de Processo Penal" - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);
 - 30/XI/1.ª (PSD) -"Altera a Lei da Nacionalidade estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro" - Relatora: Deputada Celeste Correia (PS);
 - 38/XI/1.ª (PCP) -"Altera o Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime" - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);
 - 49/XI/1.ª (PSD) -"Nomeação e cessação de funções dos membros das entidades reguladoras independentes" e 55/XI/1ª (CDS-PP) -"Nomeação, cessação de funções e impugnação do mandato dos membros das entidades administrativas independentes" - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS)
 - 75/XI/1.ª (PCP) -"Reforça a protecção das vítimas de violência" - Relatora: Deputada Maria Manuela Augusto (PS);
- 3. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 4. Aprovação das actas n.ºs 1 a 6;**
- 5. Outros assuntos.**

11:30 Horas

Audição ordinária do Ministro da Justiça
(nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República);

15:00 Horas

Audição ordinária do Ministro da Presidência
(nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República).

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Osvaldo de Castro, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, foi adiada a discussão e votação dos pareceres



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

sobre os Projectos de Lei n.ºs 30/XI/1.ª (PSD) "*Altera a Lei da Nacionalidade estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro*" e 75/XI/1ª (PCP) "*Reforça a protecção das vítimas de violência*".

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) apresentou então o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 38/XI/1.ª (PCP) "*Altera o Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime*", de que era Relator, tendo chamado a atenção para a necessidade de audição das entidades referidas na 7.ª conclusão. Submetidas a votação as partes I e III do parecer, foram estas aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) elogiou o parecer apresentado, que considerou muito bem elaborado e muito útil para o debate na especialidade.

Em seguida, procedeu-se à apreciação do parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs 49/XI/1.ª (PSD) "*Nomeação e cessação de funções dos membros das entidades reguladoras independentes*" e 55/XI/1ª (CDS-PP) "*Nomeação, cessação de funções e impugnação do mandato dos membros das entidades administrativas independentes*", tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), apresentado brevemente o parecer.

O Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) cumprimentou a Relatora pelo parecer apresentado e indicou discordar das reservas manifestadas na parte II do parecer sobre a constitucionalidade das soluções normativas relativas às atribuições do Presidente da República na matéria. Afirmou que, de acordo com a teoria dos poderes implícitos, a lei ordinária pode atribuir competências diversas aos diversos órgãos constitucionais, as quais não têm que estar taxativamente inscritas no texto constitucional.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) declarou compartilhar as reservas da Relatora quanto à conformidade constitucional da atribuição ao Presidente da República, que não pela Constituição, de competências de outros órgãos do Estado. Acrescentou que a Relatora, apesar de ter equacionado a questão, não a referira nas conclusões para não obstar à subida da iniciativa a Plenário.

O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) afirmou corroborar o pensamento da Relatora sobre a matéria e a sua opção de ausência de indicação das suas dúvidas nas conclusões para não inviabilizar a subida das iniciativas a Plenário. Recordou, a propósito das dúvidas de constitucionalidade sobre as opções normativas formuladas nas iniciativas, a pronúncia do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Tribunal Constitucional sobre a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no sentido de que as competências do Presidente da República são as inscritas na Constituição e não as que a legislação ordinária queira retirar ou acrescentar – questão que poderia ser objecto de debate no Plenário.

Submetidas a votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou ainda o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 18/XI/1.ª (CDS-PP) "*Alteração ao Código de Processo Penal*", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Procedeu-se em seguida à apreciação do parecer do Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) sobre os Projectos de Lei n.ºs 14/XI/1.ª (BE) "*Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo*" e 24/XI/1.ª (PEV) "*Consagra a universalidade e a igualdade no direito ao casamento*".

Apresentado brevemente o parecer pelo Relator, interveio, em primeiro lugar, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) que manifestou considerar que o parecer era atravessado pela posição pessoal do Relator, mostrando-se muito desequilibrado, uma vez que pendia para uma determinada opinião e visão sobre o objecto da iniciativa, destacando do Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a questão apenas o que suportava a sua opinião pessoal. Considerou porém que não deveria ser antecipado o debate político, a ter lugar em Plenário.

O Senhor Deputado Miguel Vale de Almeida (PS) acompanhou esta posição, considerando que a opinião do Relator, que, na parte II do parecer, era dispensada pelo próprio, estava transferida para o restante conteúdo do documento. Chamou a atenção para o que considerou ser uma citação descontextualizada, susceptível de induzir a uma ideia contrária à do seu pensamento, de uma interpretação do Dr. Pedro Múrias, co-autor de obra identificada no parecer. Questionou ainda a afirmação da impossibilidade de adopção por casais de pessoas do mesmo sexo, recordando o mecanismo legal vigente da adopção singular.

Ambos os intervenientes sugeriram ao Relator que as considerações pessoais constantes das partes I e III (designadamente da conclusão 4.ª) pudessem ser transferidas para a parte II do parecer.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) considerou que o parecer estava muito bem elaborado e declarou concordar com as suas conclusões.

O Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD), Relator das iniciativas, replicou considerar que as conclusões do parecer eram objectivas e não tendenciosas. Explicou que usara da sua liberdade de tomar a opção contrária à não expressão do seu pensamento no parecer, deixando-o para o debate em Plenário, até por não ter a intenção de usar subterfúgios através de um pensamento disfarçado. Relativamente à matéria da adopção, recordou que as opções normativas dos Projectos de Lei tinham consequências inelutáveis e automáticas, por força do artigo 1979.º do Código Civil, fazendo portanto parte da verdade legislativa.

Submetido a votação, o parecer foi rejeitado, uma vez que as partes I e III foram rejeitadas, com votos contra do PS, do BE e do PCP e a favor do PSD, do CDS/PP e da Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS), que declarou votar a favor das conclusões por o Relator ter admitido retirar a adjectivação constante da 4.ª conclusão.

- Em declaração de voto, o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) disse lamentar muito a rejeição do seu parecer, sobretudo em face da sua disponibilidade para alterar a 4.ª conclusão e porque a I parte do parecer era factual, contendo o conhecimento do sentido das iniciativas e da doutrina constitucional e jurisprudencial relevantes.

O Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) declarou que votara a favor do parecer na sua globalidade, não concordando com a expressão adjectiva utilizada mas considerando que o seu teor era genericamente verdadeiro e uma consequência directa da apresentação dos Projectos de Lei.

Em face da rejeição do parecer, o Senhor Presidente da Comissão anunciou a necessidade de nomeação de novo Relator para emissão de parecer sobre as duas iniciativas e sobre a Proposta de Lei acerca da mesma matéria cuja próxima entrada na Assembleia da República fora já publicitada. Nesse sentido, foi nomeado novo Relator o Senhor Deputado António Filipe (PCP), para apresentação de parecer na reunião da Comissão do dia 6 de Janeiro, atento o agendamento da discussão e votação na generalidade da iniciativa para a sessão plenária de 8 de Janeiro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Em seguida, foram apreciados e aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, o relatório intercalar da Petição n.º 570/X/4.ª, da iniciativa de Artur Figueira Mendes Pequeno, que *“Solicita a aprovação urgente da regulamentação do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana e a alteração do projecto de revisão deste”*, apresentado brevemente pelo respectivo Relator, Senhor Deputado António Filipe (PCP), e o relatório final da Petição n.º 586/X/4.ª, da iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira, que *“Solicita a alteração da Lei do ruído no sentido de prever processos simplificados”*, também apresentado brevemente pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS).

Foram então aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as actas n.ºs 1 a 6, correspondentes às reuniões da Comissão de 12.11.2009 a 10.12.2009.

No último ponto da ordem de trabalhos, foram fixadas por unanimidade, na ausência do PEV, as redacções finais:

- do texto que procede à *“Recomenda ao Governo a alteração, neste início de legislatura, de diversos aspectos da lei de política criminal”* [Projecto de Resolução nº 25/XI/1ª (PSD)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação das alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 174/DAPLEN/2009, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa;
- e do texto que procede à *“Constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate”* [Projecto de Resolução nº 26/XI/1ª (PSD)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação das alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 179/DAPLEN/2009, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

O Senhor Presidente recordou ainda que fora distribuída a todos os Deputados da Comissão uma exposição da Comissão Nacional de Protecção de Dados, contendo uma proposta de alteração da Lei de organização e funcionamento da CNPD, que poderia vir a justificar a audição desta entidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Pelas onze horas e quarenta minutos e deu-se início à audição ordinária do Ministro da Justiça (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República).

O Senhor Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins, vinha acompanhado pelo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Dr. João Correia, e pelo Senhor Secretário da Justiça e da Modernização Judiciária, Dr. José Magalhães.

Após o Senhor Presidente ter dado as boas vindas aos membros do Governo, concedeu a palavra ao Senhor Ministro da Justiça, que fez uma intervenção inicial complementada pelo Senhor Secretário de Estado da Justiça.

Usaram então da palavra para colocarem questões os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Fernando Negrão (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Assunção Cristas (CDS/PP), Helena Pinto (BE) e Ricardo Rodrigues (PS).

Responderam o Senhor Ministro da Justiça, o Senhor Secretário de Estado da Justiça e o Senhor Secretário da Justiça e da Modernização Judiciária.

Finalmente, a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) e o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) colocaram ainda algumas perguntas que obtiveram a resposta do Senhor Secretário de Estado da Justiça.

A reunião foi suspensa às catorze horas e trinta minutos.

Pelas quinze horas e trinta minutos, foi reaberta a reunião e deu-se início à audição ordinária do Ministro da Presidência (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República).

Depois de uma intervenção inicial do Senhor Ministro, usaram da palavra para lhe colocar questões os Senhores Deputados Miguel Macedo (PSD), Celeste Correia (PS), Nuno Magalhães (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Rita Rato (PCP), Teresa Morais (PSD) e Maria Manuela Augusto (PS), aos quais o Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Igualdade (Elza Pais) responderam.

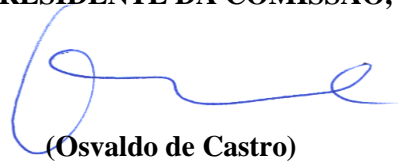


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

As audições foram gravadas em áudio e vídeo, a primeira das quais transmitida em directo pelo Canal Parlamento, devendo, depois de transcritas, ser anexadas à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 17 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 24-02-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Guilherme Silva
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Macedo
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Ana Catarina Mendonça Mendes
Assunção Cristas
Catarina Marcelino
Cecília Honório
Correia de Jesus
Luís Campos Ferreira
Manuel Seabra
Marques Júnior
Mendes Bota
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: